

CRISE EM TIMOR-LESTE

O QUE CORREU MAL?

Ana Gomes e Adelino Gomes

MEU CARO ADELINO,

O desafio da R:l é para que conversemos, por esta via epistolar, sobre a crise timorense. Embora o tema me seja doloroso, é por certo estimulante dissecá-lo consigo, que tão lúcida, afectiva e profundamente acompanha e percebe Timor.

Vale talvez a pena explicar-lhe as razões e circunstâncias que me levaram a Díli entre 20 e 25 de Maio deste ano, no âmbito de uma missão do Parlamento Europeu, e que me permitiu testemunhar um dos picos mais graves da crise. E um dos picos mais penosos de toda a minha «experiência timorense»: o pedido dirigido no dia 24 de Maio pelos quatro mais altos líderes timorenses à comunidade internacional (leia-se Austrália, com Portugal e o resto para compor o ramalhete...) para enviarem urgentemente um contingente com o objectivo de pôr termo às lutas entre grupos de timorenses e restaurar a ordem. Pensei ir a Timor-Leste logo em Abril, mal li, alarmada, as notícias do despedimento de 600 membros das Forças de Defesa de Timor-Lorosae (em qualquer país do mundo, pensei, mandar para casa um terço das Forças Armadas equivale a

fomentar uma revolução, no mínimo). E ainda mais alarmada fiquei quando vi pela TV, no final de Abril, imagens dos desacetos do grupo dos «peticionários» e outros manifestantes mesmo à frente do Palácio do Governo, em Díli, perante a impotência da polícia (que, depois apurei, era afinal passividade deliberada). E da carga da FDTL sobre os manifestantes, em Tacitolo, por ordens do primeiro-ministro Mari Alkatiri, que causou um número de mortos logo disputado (e logo instigador de mais conflitualidade e ressentimento). E das imediatas críticas do Presidente da República, Xanana Gusmão, à actuação do primeiro-ministro e das FDTL...

Não pensei desacompanhada. Do Secretariado do PE logo fui contactada por funcionários atentos que se inquietavam também com a instabilidade no mais recente membro do Acordo de Cotonou UE – ACP (Timor tornara-se finalmente membro no início de 2006) e que me inquiriam se não seria de organizar uma missão o mais rapidamente possível.

Dias depois, acentuando-se a controvérsia sobre quantos mortos teriam ficado em Tacitolo (4 ou 60?), é o próprio Mari Alka-

tiri quem me pede que avance imediatamente – uma voz exterior conhecida poderia ajudar a tranquilizar ânimos antes do congresso da FRETILIN, que começava a 17 de Maio. Conversei entretanto com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, João Gomes Cravinho. E fiz pontaria para chegar a 20 de Maio – dia do encerramento do congresso da FRETILIN –, não porque tivesse intenções de aparecer no dito (não fui lá, nem estava convidada), mas porque ganhei a suspeita de que a partir daí é que as coisas poderiam começar a correr mal...

A colegas seus, que me viram nessa tarde em Díli, no concerto que o ministro dos NE, José Ramos-Horta, organizou *impromptu* frente ao Palácio do Governo para celebrar a independência e fazer passar uma imagem de normalidade, não contei tudo, mas também não menti: disse que tinha planeado estar em Díli no aniversário da independência, vinha avaliar a situação e averiguar como poderia o PE acompanhar melhor a assistência da UE a Timor-Leste. Regressei a Díli a 17 de Julho para uma estada de dois dias. Voltei a falar com todos os principais actores (e meus amigos) timorenses. Incluindo Mari Alkatiri, que entretanto deixara de ser primeiro-ministro. Apesar de eu ter pedido a Xanana Gusmão que o demitisse em vez de ameaçar demitir-se, no braço-de-ferro prolongado e desgastante entre ambos. E o ter tornado público, no blogue *Causa Nossa*, o que desencadeou a ira e insultos de alguma gente (mais portugueses que timorenses).

Escrevi depois outro texto, onde sublinho que Mari Alkatiri poderia ser decisivo

para a resolução ou para o agravamento da crise.

Na próxima carta explicar-lhe-ei porque continuo a pensar assim. E porque penso que as eleições em 2007 serão apenas o princípio da viragem com vista à superação desta crise.

ANA GOMES

BRUXELAS, 12 DE OUTUBRO DE 2006

MINHA CARA ANA,

A sua carta, juntamente com o relatório da sua missão a Díli¹, dá-nos um quadro da situação especialmente impressionante. Revejo-me na maior parte das suas observações e subscrevo quase todas as críticas que faz. Receio, aliás, que os pontos de convergência entre nós sejam maiores e mais profundos do que as divergências, frustrando as expectativas da revista e de muitos dos seus leitores de encontrarem nesta correspondência o fragor de uma boa polémica... Aliás, vale a pena indicar, ainda que telegraficamente, os pontos de análise que partilho consigo:

- A crise actual foi potenciada por estímulos e aproveitamentos do exterior, nomeadamente da Austrália, bem como por erros cometidos pela ONU, mas por ela são responsáveis, antes de tudo, os governantes timorenses. Como sustenta, se houve um plano para desestabilizar Timor-Leste, os actores timorenses desempenharam na perfeição os papéis que nele lhes haviam sido «atribuídos».
- Mari Alkatiri tem as qualidades que lhe reconhece e também os defeitos que lhe aponta. Dentre as qualidades, tam-

bém eu faço sobressair a seriedade e a competência técnica. Dentre os defeitos e erros, saliento igualmente os seguintes:

- a) querendo controlar Rogério Lobato, acabou dele refém;
- b) não investiu num bom relacionamento (não num relacionamento meramente institucional) com Xanana Gusmão e com a Igreja;
- c) lançou as bases de uma política de desenvolvimento a longo prazo e empenhou-se numa transparente, ética e muito prudente gestão dos dinheiros do petróleo, mas pareceu indiferente à barriga dos timorenses de hoje;
- d) nada fez para atenuar, ao menos, os efeitos devastadores da imagem de arrogância, insensibilidade e autismo que uma total ausência de empatia nele agiganta.

Talvez me acompanhe, de resto, no registo de duas outras características cuja ambivalência, num político, tem vantagens mas arrasta igualmente alguns perigos: a teimosia e o orgulho. A primeira, do meu ponto de vista, levou-o a cometer o erro de não demitir Rogério Lobato logo após o discurso presidencial de 28 de Novembro de 2002; o segundo, quando aliado ao mauberismo típico da FRETILIN, fê-lo bater o pé a Camberra na defesa dos interesses nacionais de Timor-Leste.

O meu desacordo consigo tem a ver, principalmente, com o contraste entre a veemência com que aponta estes factores causais e a leveza, diria despreocupada, com que deixa cair uma ou outra referência, ainda que crítica, a erros e defeitos de

outras figuras ou instituições tão ou mais decisivas.

Por agora, deixe-me apenas reagir ao modo como menciona a «matriz totalitária» da FRETILIN, no seu relatório ao PE, e num artigo que publicou no *Courrier International*, de 14 de Julho deste ano.

Não consigo deixar de me sentir tocado pela história da FRETILIN. Pelo seu passado de luta pela independência. Pelo sacrifício da vida que no seu seio fizeram muitas dezenas – repito, muitas dezenas – de jovens dirigentes, vários deles antigos estudantes em Lisboa. Pela persistência dos que resistiram até ao fim, tão incrivelmente corajosos.

Custa-me ver a FRETILIN tratada como se de um bando de oportunistas ou de candidatos a ditadores se tratasse. A gesta timorense foi escrita por milhares de camponeses, de religiosos, de funcionários, de jovens. Ninguém pode apresentar-se como o dono da resistência. Nem mesmo os guerrilheiros. Nem mesmo uma figura que a Ana e eu tanto admiramos: Xanana Gusmão.

Mas se algum partido esteve nela sempre, desde o princípio até ao fim; se algum partido perdeu nela os seus melhores militantes, esse partido chama-se FRETILIN. Esse mesmo que, conquistada a independência, em eleições livres observadas por peritos internacionais, recebeu um mandato do povo para governar.

Pode discutir-se – como faz e eu subscrevo – a transformação na secretaria, o que é criticável, do mandato para a Constituinte em mandato para o Governo Constitucional. A diferença esmagadora de votos não deixa dúvidas, contudo: a FRETILIN era para os timorenses, nos anos que se segui-

ram ao termo da ocupação indonésia, o partido que representava, acima de todos os outros, a ideia mesma da independência. Escrevi, como reparou, «era», e não, «é». Parece-me claro que a governação de Alkatiri e os confrontos deste ano terão provocado um desgaste da sua imagem no coração da cidadania timorense. Só sabermos, porém, a extensão desses danos após um acto eleitoral, de novo livre e de novo escrutinado pela comunidade internacional.

Deixe-me notar-lhe, a propósito, que estas observações são de igual modo válidas para Xanana. Sendo ainda, penso, a figura que maior consenso reúne no país, quanto do seu muito e merecido prestígio não alienou ele nestes últimos meses, devido à forma no mínimo errática (outros dirão, estranhamente confusa) como geriu a crise?

Não posso deixar de ressaltar o espanto com que testemunhei no terreno a insistência diria sôfrega com que, em plena crise, gente que me merece respeito reclamava pela dissolução do Parlamento, isto é, por eleições antecipadas. E o desconforto (para não escrever a tristeza desconfiada) com que acompanhei, dia após dia, semana após semana, a nula preocupação da Presidência da República, da Igreja e da maioria da oposição em preservar sinais de respeito democrático essenciais para que os dois actos eleitorais de Maio (legislativas e presidenciais) viessem a ser disputados de forma serena.

Na próxima carta, se estiver de acordo, podemos falar destas figuras e instituições. De Xanana, de Ramos-Horta, da Igreja e, já agora, da oposição. É que, afinal, e ao contrário do que todos os seus

adversários prometiam, o afastamento de Alkatiri não fez regressar nem a paz às ruas, nem a concórdia aos espíritos, nem a normalidade democrática ao país.

ADELINO GOMES

LISBOA, 13 DE OUTUBRO DE 2006

CARO ADELINO,

Cá estou, de Díli, como prometido, a ripostar à sua carta de 13 de Outubro. Já lá vão 17 dias e ainda vou resistir mais um ou dois, antes de responder a todos os desafios que nela me lança. Em relação à minha última visita, em Julho, mete-se pelos olhos dentro, logo à chegada, que a segurança ainda é prioridade – um novo e extenso campo de deslocados abancou mesmo junto à vedação do aeroporto. Aí tiveram lugar há dias confrontos que determinaram o encerramento do aeroporto e se saldaram em mortes (e, suspeito, duas baixas na delegação do PE em que me integro). Na cidade, entre o Hotel Timor e o porto, estrategicamente, continua outro acampamento. As autoridades querem persuadir os deslocados a retornar aos seus bairros antes de as chuvas começarem. Há um programa de incentivos (ajuda para reabilitação de casas, apoio alimentar, etc...), e tanto o Governo como o PR desenvolvem iniciativas de reconciliação e apaziguamento especialmente dirigidas aos jovens dos gangs responsáveis pelos distúrbios. Correm boatos de que estão a ser pagos, ao sabor da conveniência de quem os espalha (coronéis indonésios, majores australianos, um irmão de Alkatiri...).

Díli está com pouca gente nas ruas. Tudo parece mais parado, degradado – mas será

impressão minha, porque o belíssimo edifício vermelho-escuro do antigo quartel português/futuro museu está agora murado pela Ensul, ao menos escondendo o entulho no interior; também a amurada junto ao mar está a ser reconstruída; e o pavimento da praça frente ao Palácio do Governo está a ser levantado (bem podiam lá meter um relvado...). Com fulgor mesmo, só o matagal que cresce no terreno ao lado, onde tempos de vacas gordas e gente com sentido de Estado um dia hão-de conjugar-se para implantar a Embaixada de Portugal, prevista desde que o terreno nos foi cedido em 2001... Mas entretanto vou tentar explicar-lhe porque me ponho tão leviana (ou tão severa, depende da perspectiva) quando aludo à «matriz totalitária» da FRETILIN, a ponto de o chocar, a si que se habituou a admirar a luta tenaz pela independência que a FRETILIN conduziu e o sacrifício heróico de milhares de timorenses que por ela deram as vidas.

Também eu me habituei a admirar e a respeitar a FRETILIN, o seu passado, os seus mortos, os seus corajosos militantes e líderes, a sua clarividente determinação e flexibilidade táctica. E talvez por isso mesmo me tenha doído mais o confronto com um outro lado, um lado sombrio, primário, inflexível, prepotente – totalitário é mesmo a palavra – da FRETILIN.

No meu artigo do *Courrier International* de 14 de Julho contei por alto como foi. Escrevi então: «Já em 2001 Mari Alkatiri não conseguia conter a tentação totalitária: em plena campanha eleitoral, vangloriava-se de que a fretilin ia ganhar com 85% dos votos; e os seus apoiantes amea-

çavam os adversários de ir varrer ruas (na altura protestei junto de Alkatiri; como reagiria se só tivesse 60%?) Enganei-me por pouco – a fretilin teve 57,37% dos votos».

O que não contei é que essa descoberta foi por mim feita numa volta, em férias, pelo interior do país em Agosto de 2001, duas semanas antes das primeiras eleições livres que os timorenses conheceram, para a Assembleia Constituinte. Andei pelo Leste, fui visitar os sobreviventes do massacre de Kraras, falei com padres, madres, velhos artesãos, camponeses jovens e idosos, estudantes e professores sem escolas, empregados e sobretudo desempregados, mães, avós e netas, veteranos, gente que escarafunchava freneticamente sal-gema perto de Laga e pagava taxa ao L7 para poder vender umas míseras latas na estrada, quadros da FRETILIN e apoiantes dos outros novos partidos. Em Venilale, Viqueque, Lospalos, Tutuala, Lautém, Com, Baucau, Laleia, Manatutu. Depois desandei para Oeste e falei com outros tantos em Ermera, Gleno, Maubara, Liquiçá. Já falava indonésio e isso ajudou a conversar mais e melhor com muitos, informalmente.

Voltei para Díli desconcertada, preocupada. E por isso logo procurei o secretário-geral da FRETILIN, na altura *chief minister* do «governo-sombra» tutelado pela UNTAET. Num encontro em sua casa disse a Mari Alkatiri como me pareciam negativos os efeitos da propaganda triunfalista e arrogante de muitos quadros locais da FRETILIN, a Leste e Oeste, que ameaçavam quem não apoiasse o partido. Lembro-me de lhe ter dito que era uma desastrosa receita à la Suharto: o povo

poderia ser analfabeto, mas estúpido é que já tinha provado que não era e, perante métodos intimidantes, funcionava ao contrário... A FRETILIN arriscava-se a ter uma amarga surpresa se este tom e esta atitude não fossem imediatamente corrigidos, sendo que o exemplo devia vir do topo. Mari Alkatiri mostrou desconforto, negou que aquela fosse a mensagem do partido. Mas não comentou quando lembrei as suas próprias palavras dias antes, esparlamadas na imprensa local e internacional, sobre o mínimo de 85 por cento que a FRETILIN ia obter...

Convém lembrar, Adelino, que os hoje chamados partidos da oposição, nessa altura, não tinham expressão e muito menos organização que pedissem meças à FRETILIN: Xanana Gusmão pressionara Mário Carrascalão, Ramos-Horta, Lassama, Mariano Sabino, Xavier do Amaral e outros que se haviam destacado na resistência mas não eram FRETILIN, para que formassem partidos alternativos, para que houvesse um embrião de real oposição, para que a FRETILIN não ficasse sozinha a brincar às democracias. A FRETILIN ia obviamente ganhar aquelas eleições e com grande vantagem sobre os incipientes partidos rivais. Eu, pelo que vi e ouvi naquelas férias, estou absolutamente convencida de que a FRETILIN não teve uma muito mais alta votação (porventura não chegando aos vangloriados 85 por cento) porque o povo, na sua infinita sabedoria, lhe penalizou a jactância e a atitude intolerante.

Deixo para a conversa sobre o Presidente Xanana Gusmão as implicações do texto constitucional aprovado pela FRETILIN.

Com uma marca de dominação evidente. Desnecessária. E contraproducente – como se está a ver.

Na governação desde 2002, o balanço da FRETILIN é, creio eu, globalmente positivo (atente-se, por exemplo, no sistema de saúde a funcionar, como Timor-Leste nunca teve). Mas essa é a minha opinião, baseada na noção que tenho do ciclópico desafio que é construir o Estado a partir do zero e das cinzas. Será que o crê a maioria dos timorenses? Uma maioria que não viu a sua vida melhorar (e a maior parte contentava-se com tão pouco...), antes pelo contrário, se sentiu agredida pela carestia induzida pelo dólar e não só, pelo desemprego generalizado e pela suspeita (mesmo que infundada) de que líderes e familiares se estariam a «governar». Para não falar da insegurança desde Abril deste ano... A obsessão de controlo centralizador que tolheu a contracção de empréstimos e depois a execução orçamental (de tanto se temer a indigesta corrupção, mata-se à fome o doente) também tem, no fundo, uma marca totalitária. E essa foi também a imagem que passou da governação de um primeiro-ministro da FRETILIN, com uma aparência fria, insensível, distante e por vezes até agressiva.

Não vou elaborar agora sobre os factores – e os actores – que precipitaram a grave crise que Timor-Leste ainda atravessa, apesar da mudança de governo. Há responsáveis em vários graus certamente. Mas de nenhuma outra organização esperavam os timorenses (e esperava eu) melhor avaliação, melhor julgamento, melhor ponderação dos riscos e consequências do que da FRETILIN. Na perspectiva dos interesses

da nação independente de Timor-Leste. Nenhum dos factores que desencadearam a actual crise, e ainda menos o Congresso da votação de braço no ar, ajudaram a recompor a percepção popular sobre a FRETILIN: para muitos, o partido da Resistência tornou-se o partido dos funcionários. Mas o teste será nas eleições legislativas em Maio de 2007. Tudo vai depender de o actual Governo – que é da FRETILIN, mesmo se chefiado por Ramos-Horta – começar a dar rapidamente aos timorenses a sensação de que, a par da restauração da segurança e da ordem, a economia vai reanimar, vai haver emprego, casa, comida. Quem ainda controla a FRETILIN (e, portanto, nos bastidores o Governo) é Mari Alkatiri. Será sobretudo ele quem vai decidir o que faz a FRETILIN: olhar para a frente ou insistir-se no desforço?

Forças militares estrangeiras estão hoje de novo em Timor-Leste e a soberania do país está obviamente cerceada, não se sabe por quanto tempo. Forças solicitadas por todas as autoridades timorenses. Por proposta do primeiro-ministro e secretário-geral da FRETILIN. Que preferiu chamar forças estrangeiras a demitir-se mesmo nesse dia. Há, no mínimo, um falhanço de governação que a FRETILIN deve assumir, por muitos sucessos que também tenha a averbar a seu crédito.

Eu ainda espero da FRETILIN humildade, reconhecimento dos erros, vontade e paciência para ouvir o povo. Por respeito por aqueles que deram a vida, sacrificando-se pela Pátria livre que a FRETILIN sempre prometeu.

ANA GOMES

DÍLI, 31 DE OUTUBRO DE 2006

CARA ANA,

É bom receber notícias directas da «fabulosa ilha». A ilha verde e vermelha que Alberto Osório de Castro tão bem descreveu, num relato com quase um século mas que nos tange as mesmas cordas de mistério, fascínio e algum assombro sempre que a ela regressamos.

Sabe que há muito tempo (julgo que por meados dos anos 90) tinha prometido a mim mesmo que, como jornalista, não escreveria nem mais uma linha sobre Timor, assim se realizasse um referendo de autodeterminação no território.

Considerava eu, então, que a quase obsessão (do meu ponto de vista justificada histórica e moralmente) que nos levava a acompanhar Timor como se da actualidade nacional se tratasse deveria acabar naquele dia. Porque, dentro ou fora da República da Indonésia, os timorenses cortariam também nesse momento os fios concretos que os ligavam desde 1512 a Portugal. Finalmente donos do seu destino, tinham o direito a serem felizes ou infelizes, mas eles próprios, sem a presença tutelar, mesmo que traduzida em despachos jornalísticos, da velha potência *malai*.

Fosse qual fosse o resultado, insisto, o referendo abriria um capítulo decisivo da vida daquele povo. Do anterior, circunstâncias históricas (o PREC) e profissionais (repórter na RTP) haviam-me feito testemunha no terreno, ligando-me intencionalmente a ele.

O terreno é para o jornalismo – aprendi no agitado Verão de 1975 – o mesmo que o «ver claramente visto» camoniano. A preciosa mais-valia que esta disciplina oferece

aos contemporâneos, dispersos por mil outras tarefas ou/e divididos por múltiplos e quantas vezes antagônicos interesses. Afinal, está à vista, não deixei de escrever sobre Timor. Mas continuo a acreditar na necessidade de ir ao terreno, regularmente, para captar sinais que de outro modo nos escapam e podem revelar-se essenciais na descodificação do que, ao longe, nos parece indecifrável.

Isto para lhe dizer quanto a invejo por aí estar neste momento e quão redobrada vai ser a atenção que prestarei às novas de que se fará mensageira.

Antes da réplica à sua carta, deixe-me apanhar a boleia da sua agenda aí. Vi que se encontrou já com a oposição, e por isso talvez o meu pedido chegou um tanto atrasado. Mas estou certo de que a questão aflorou nos vossos encontros. E pode sempre voltar a ela, nas trocas informais de impressões que o autêntico fórum romano que é o átrio do Hotel Timor ainda lhe vai proporcionar até ao fim da missão. O que é que tem feito a oposição? Que pensa ela do que se passa hoje em Timor? Que saídas vê? Sobretudo: que contributo sério deu, ao longo desta arrastada e lamentável crise, para a sua resolução?

Há muito que penso ser dramático o fosso entre os líderes da resistência e a nova geração. Convenci-me de que situações como a que o país vive agora favoreceriam a emergência de novos rostos, quiçá até, de um novo discurso no espaço público – ou aquilo que, embora exíguo, pode considerar-se de algum modo o espaço público timorense.

Julgo que nada disso aconteceu. A menos que uma outra realidade se esteja a viver num

plano que nos escapa (expresso-o como autocrítica: receio que o nosso – dos políticos, cooperantes, jornalistas portugueses – desconhecimento quase generalizado do tétum nos deixe à margem de importantes subtilezas do processo político).

É fácil culpar a actual liderança pela falta de novos líderes. Como antes foi colocar disso o ónus no colonialismo português, no colonialismo indonésio, na ONU. Embora justas, estas críticas devem ser alargadas aos outros actores. E dentre estes, não apenas aos históricos. Por isso lhe peço que numa das próximas cartas partilhe comigo e com os leitores o ponto de vista que recolheu dos políticos mais novos. Interessa-me saber em particular, como adivinha, o que pensam disso e sobre a crise os homens do Partido Democrático, em quem Xanana tanto apostou. Tudo isto me serve de passagem para a questão que aprofunda na carta de hoje e que tem a ver com a «matriz totalitária» da FRETILIN. O que conhecemos da história dos primeiros anos da guerrilha só o confirma. Xanana Gusmão, em boa hora, fez a denúncia. A Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação constituiu um bom pretexto para que a catarse desses anos de chumbo se estendesse a todo o povo e, também, aos outros partidos históricos. Nunca mais esquecerei os momentos de grandeza humana que testemunhei, nos três dias da sessão, em Díli, em Dezembro de 2003.

A Ana lembra a arrogância totalitária pas-seada por todo o Timor, nas eleições de 2001, pela FRETILIN, nisso bem representada, negativamente, pelas declarações inaceitáveis de Alkatiri.

Eu poderia, talvez, para atenuar a negridão do quadro, recorrer às cores da sempre útil contextualização: tratava-se das primeiras eleições livres, num país saído de 24 anos de ocupação militar, contra a qual um partido, chamado FRETILIN, se distinguiu, acima de todos os outros.

A sua carta acrescenta, porém, um conjunto de dados de facto do período pós-independência, que só acentuam a tendência para um controlo centralizador de cariz totalitário do lado do partido no poder. Também aqui outra coisa me não resta, pois, que não seja concordar consigo. Lembrado da votação do braço no ar e da eleição de Rogério Lobato para Vice-Presidente, claramente provocatória, naquele contexto, volto a encontrar-me consigo na ideia de que Mari Alkatiri teria prestado um enorme serviço ao Estado timorense e também à FRETILIN se tivesse tomado a iniciativa de demitir-se, por aqueles dias. Termina aqui a minha concordância. A sua avaliação de responsabilidades coloca a FRETILIN no principal lugar entre os culpados. Porque, diz, ela não ponderou suficientemente os «riscos e consequências» da crise de Abril-Maio, «na perspectiva dos interesses da nação independente de Timor-Leste».

Voltaremos certamente ao tema quando abordarmos os papéis de Xanana, Horta e Igreja na crise (e de Taur Matan Ruak, já agora). Mas eu tendo a concluir exactamente o contrário. Que nesse particular a FRETILIN assumiu um comportamento globalmente positivo. E direi mesmo exemplar.

É verdade que quando decidiu finalmente entrar em Díli, para apoiar Alkatiri, em

Junho, a FRETILIN não trazia os 100 ou 150 mil timorenses com que o então primeiro-ministro gostava de esgrimir, ameaçador, sempre que o lado contrário aparecia com os seus 200, 500, dois mil apoiantes da praxe a exigir-lhe a demissão.

Mas não duvidemos de que – por mais que a sua capacidade mobilizadora esteja atingida – a FRETILIN poderia ter incendiado o país, assim a sua liderança quisesse. Não lhe faltaram os pretextos. Nem sequer as razões, à luz de um meridiano direito de resposta, tantas as provocações de que foi alvo.

A FRETILIN cometeu vários erros graves. Atrás deixei a minha concordância com alguns que lhe aponta. Não se lhe pode assacar, porém, nem de perto nem de longe, a principal responsabilidade da crise. A certa altura do pico da contestação de rua – e por aqui me fico, oferecendo-lhe a passagem para a análise da actuação de Xanana e, eventualmente, da Austrália – dei por mim a pensar que só faltava pedir-se à FRETILIN que fizesse *hara-kiri* histórico-político: que desistisse de ser Governo; que desistisse de ser o partido maioritário; e que entregasse tudo isso, sei lá, ao major Tara, ao lado de quem vi um dia Xanana, de pé sobre o tejadilho do carro de um filho seu, Nito, falar a um milhar de manifestantes vindos do Oeste do país (*Iromonu*).

Em Díli, ainda hoje, como está certamente a comprovar, milhares de cidadãos dormem todas as noites em campos improvisados. No aeroporto, no Colégio D. Bosco, nas Canossianas, em frente da ONU, no jardim público entre o Hotel Timor e as instalações da tropa australiana, no porto.

Porque correm risco de vida se o fizerem nas suas casas. São, todos ou quase todos, oriundos do Leste do país (*lorosae*).

Uma parte dos timorenses encontra-se, pois, sequestrada há meses no seu próprio país. Por outra parte dos timorenses. Apesar da presença de forças armadas e policiais australianas, neozelandesas, malaias e portuguesas.

Pois bem, apenas por uma vez, e de forma pacífica, os cidadãos *lorosae* desceram a Díli para protestarem. Não sei quantos partidos de países democráticos, em situação parecida, teriam actuado com a ponderação e a contenção da FRETILIN e da sua liderança.

ADELINO GOMES

LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 2006

CARO ADELINO,

Apetecia-me trocar de papéis, armar-me em repórter, e relatar o que vi, senti e deduzi do nosso dia de hoje. Nosso, da delegação do PE em que me integro. Que saiu às oito da manhã do Hotel Timor pelas montanhas acima, em direcção a Maubisse, com curta paragem em Aileu, para meter ou verter águas e dois dedos de conversa com locais.

Apetecia-me descrever o esplendor da paisagem: Díli espriada a nossos pés primeiro; o imponente recorte de Ataúro, suspenso da neblina, no meio do mar; as curvas e contracurvas a revolverem-me o estômago da estrada estreita e esburacada, os cumes sempre verdes de frondosas árvores e bambus, as buganvílias que encadeiam o olhar, as ribeiras secas, os búfalos nos arrozais repousantes dos vales

e por fim a magia majestosa de Maubisse, com o Ramelau limpidamente recortado a oeste e um desfiladeiro montanhoso a sul a sugerir que, se olharmos intensamente, ainda vemos o Índico (o que não é o caso, porque atrás daquelas gargantas há mais 50 quilómetros de montanhas...).

Soubesse eu contar o eco emoliente dos ventos que se cruzam pelo vale imenso no terraço da Pousada... Mas poderia talvez falar do novo hospital/maternidade distrital em construção, que estará a funcionar já no início de 2007, integralmente financiado pela UE. E do actual – a diminuta clínica dos tempos indonésios, onde falámos com os jovens médicos e enfermeiras cubanas, de olhos reluzentes pelo bem que fazem, apesar da dureza do quotidiano que suportam, a recordar-me as duas extraordinárias jovens professoras portuguesas que encontrei, montanhas adiante, em Ainaro, em 2000. E no regresso a Díli, o Emanuel Jardim Fernandes a perguntar: «Mas não há gado nenhum, então não podiam ter distribuído umas cabeças para pastar por estes montes e vales? Sempre era um rendimento que se dava a esta gente...».

E depois poderia fazer uma síntese do que apreendemos (e aprendemos), já regressados a Díli, no contentor do general Taur Matan Ruak (ilha frigorífica no calor pesado da tarde em Taci-Tolo) e já pela noite dentro, no quartel da missão da ONU. E, por fim, evocar as lagostas grelhadas com que nos batemos, no restaurante balinês da praia, ao lado do concorrido Carlos, a provar que os expatriados teimam em fingir a insegurança das últimas semanas em Díli.

Mas ainda vou ter de dormir alguma coisa, amanhã partimos às 7 para Baucau. Por isso só me posso dar ao luxo de lhe mandar uns parágrafos para esgotar o tema FRETILIN (que é, de facto, inesgotável), reagindo às suas observações em que se diz discordante de mim.

E vou valer-me do que ouvi hoje, do Sr. Abrantes, *project-manager* pela UE do hospital em construção em Maubisse, do Sr. Abel que conduzia o nosso jipe, das jovens com quem conversei em português e indonésio em Aileu, dos operários de Maubisse e do general.

Todos eles, de uma maneira ou outra, sublinharam que este governo «do senhor Horta» tinha de fazer alguma coisa pelo povo, que o povo visse como tal, para apaziguar o conflito e para os *orang kecil* (os «pequenos») – reganharem confiança nos *orang besar* («os grandes»).

O general disse isso – que este Governo, que é da FRETILIN, tem de mostrar obra ao povo, obra que o povo meça na melhoria da sua vida (primeiro segurança, depois emprego, mesmo que precário). E disse mais: contou que no auge do impasse em Junho, depois do ultimato do Presidente Xanana para que o primeiro-ministro se demitisse, ponderara com a FRETILIN, em Baucau, as seis opções que havia (ele já interiorizou por completo a lógica discursiva dos militares...) e no final, apesar do precedente perigoso que se criaria, aconselhara o primeiro-ministro «a resignar», sublinhando a vantagem para a FRETILIN de novo fôlego, novas energias, para a preparação das eleições de 2007.

No início da conversa, nos factores de precipitação da crise – um conflito político,

e não étnico, sublinhou – o general elencou quatro: 1) problemas políticos mal resolvidos ou não resolvidos entre os timorenses nos últimos trinta e um anos; 2) interesses múltiplos, internos e externos; 3) choque de personalidades entre os vários grupos de timorenses; 4) má gestão («há outros factores, mas é claro que o governo também tem culpa: a má gestão, o radicalismo, o controlismo»).

Elaborando um pouco mais sobre o terceiro factor, o general identificou três grupos (cada qual com a sua mentalidade) que estão a aprender a conviver com os choques que suscitam: 1) os do mato, como ele, frontais e ferreamente disciplinados para sobreviver; 2) os exilados, na maior parte marcados pelos países africanos onde viveram, «nessa altura todos em regime totalitário, de partido único, uma maneira de ser diferente»; 3) os «de cá de dentro», obrigados a desenvolver dupla personalidade para sobreviver, convivendo/colaborando com os ocupantes e trabalhando para a Resistência.

Meu caro Adelino, a que vem isto tudo? Serve para lhe dizer, concorrendo consigo, que há uma grande, mítica FRETILIN – aquela que ganhou as eleições em 2001, apesar da campanha desastrosa, e aquela que ganhará as próximas eleições, por muito que militantes e apoiantes se arrepelem com os erros e omissões na governação – que é feita de três FRETILINS, com os inerentes choques de mentalidades dos três grupos identificados pelo general Matan Ruak.

Desde 2001 tem prevalecido a do grupo dos exilados. Legítima e logicamente: é, tecnicamente, o mais preparado para a governação. Mas é também o mais dis-

tante do que sentem, sofrem e pensam os outros grupos – não só no partido, na sociedade em geral (recorde de quem se bateu sempre pela reinserção social e o reconhecimento honorífico dos veteranos foi o Presidente Xanana; e o problema ainda não está resolvido pelo Governo...). Por isso o esforço de inclusão social devia ser maior, imperativo. Mas esse esforço no primeiro governo constitucional falhou (por muito boas e por muito más razões). E a verdade é que o Estado não se constrói sem o envolvimento, a corresponsabilização do resto das FRETILINS e do povo (que inclui os representantes da oposição – e um dos aspectos mais deprimentes de que só agora tomei consciência foi o desprezo a que o governo de Mari Alkatiri votou o Parlamento timorense, estimulando temor reverencial nos deputados da FRETILIN e a irresponsabilidade dos partidos e deputados da oposição).

Claro que a interacção/tensão entre as três FRETILINS existiu sempre e fez-se sentir sobretudo nos momentos de crise. Como a que determinou a extraordinária contenção (estou de novo de acordo consigo) que a FRETILIN exibiu nas manifestações contra os tais dois mil manifestantes antigoverno (se bem que não foi fácil arrebanhar os três ou quatro milhares que vieram do Leste a Díli, muitos até dando vivas ao Presidente Xanana e muitos à espera da promessa de missa no retorno...). E nisto não retiro até o crédito a Mari Alkatiri – um homem muito inteligente e patriota, que terá caído em si ao compreender que os tais 200 mil não afogariam apenas a oposição em Díli – afogariam o país (ou incendiariam, como diz você).

Também posso concordar consigo quando você enaltece a FRETILIN na contenção dos timorenses *lorosae* que desceram a Díli, ofendidos pelos ataques aos seus conterrâneos (atenção, nos campos de deslocados de Díli não dormem só *lorosae*).

Mas, meu caro Adelino, a FRETILIN também tem de assumir pesadas responsabilidades no empoamento da estigmatização *lorose/loromunum*, hoje com gravíssimas consequências que vão levar tempo a curar. Bem sei que uma parte da FRETILIN procura agora espalhar que foi Xanana num discurso em Março que amplificou a divisão *lorosae/loromunu* – ainda estou a averiguar que repercussões no povo efectivamente teve esse discurso ou outros posteriores.

Mas quem contribuiu para essa artificial divisão foi também o Governo, ao deixar arrastar sem solução a crise dos petionários (que alegavam discriminação contra os *loromunus* nas FDTL), até à aberração de a resolver abruptamente com o despedimento de um terço das Forças Armadas – o que em qualquer democracia seria receita para queda do governo, no mínimo, e golpe de Estado em muitos países do mundo. E não foi o perigoso psicopata que Mari Alkatiri teve e manteve como ministro do Interior, que se valia do superequipamento da Polícia (cortesia da cooperação australiana e britânica...) para competir com as Forças Armadas que dizia dominadas pelos *lorosae* (foi um homem dele, Abílio Mesquita, que comandou o ataque à casa do general Taur, foram as forças dele que atacaram as FDTL em Maio). Não era Rogério Lobato – o homem que a FRETILIN de Alkatiri tentou içar a Vice-Presidente,

depois, provocatoriamente, como você diz – que se armava em chefe das «forças armadas dos *loromunu*», atizando assim a conflitualidade *lorosae/loromunu*?

Nunca esteve em causa o *hara-kiri* da FRETILIN, a desistência de governar, a entrega do poder aos maiores Tara ou Reinaldo. E que outros partidos timorenses têm quadros suficientes com capacidade para governar o país, em alternativa? Em causa sim estava a necessidade de uma governação mais inclusiva. E para isso era preciso o *hara-kiri* de parte do grupo FRETILIN do exílio. De quem não tinha mais condições políticas para governar – de quem tinha, por erro, omissão, má comunicação – alienado o apoio do Presidente, da Igreja e de boa parte do povo. Como eu vi em Maio e disse, a 24 desse mês, a Mari Alkatiri e a todos os dirigentes da FRETILIN que encontrei então.

E tanto assim era, que assim foi: apenas três membros do Governo Alkatiri foram sacrificados: primeiro foi o ministro da Defesa. Depois o do Interior. E por fim, o principal responsável pela crise na percepção geral, por boas e más razões: o próprio Mari Alkatiri. O resto está lá tudo, no Governo Horta: os ministros-chave continuam a ser da FRETILIN do exílio. A procurar cumprir os planos e as directivas de Alkatiri, mas sob o estilo hiperdialogante de Ramos-Horta.

E em Timor-Leste, hoje, do Presidente Xanana, passando por Horta, aos seus ministros, aos quadros e apoiantes da FRETILIN, o povo nas montanhas e povoados, todos torcem por que o governo governe. Governe melhor. Governe que se veja. Que o povo sinta. Governe a infor-

mar, consultar e co-responsabilizar também os partidos da oposição e a Igreja. Para que diminua a conflitualidade entre os grandes. E os pequenos o sintam. Para que haja eleições livres, pacíficas. Para que a FRETILIN ganhe. Mas não por muito menos do que em 2001.

Como me dizia, retumbante, um dos meus interlocutores de hoje em Maubisse, confesso incondicional da grande FRETILIN, o partido da Resistência: «A FRETILIN ganha sempre. Mas se for o Sr. Mari, mesmo com este governo a dar de comer ao povo, ganha à rasquinha. Mas se for o Zé Guterres, ganha 100 por cento.»

Claro que lhe retorqui que com 100 por cento não haveria democracia em Timor-Leste.

ANA GOMES

DÍLI, 1 DE NOVEMBRO DE 2006

CARA ANA,

Pensei, a certa altura da sua descrição – viva, colorida, de excelente recorte jornalístico... – que a delegação do Parlamento Europeu ia acabar, algures lá para a montanha, no refúgio de Reinaldo.

Compreendo a resposta do primeiro-ministro, quando me disse, numa entrevista recente, que enquanto houver uma possibilidade de evitar tiros, essa possibilidade deve ser explorada. Entendo a justificação pastoral da ida do bispo Ximenes Belo e, até, que a ONU lhe tenha posto à disposição um helicóptero. Mas ninguém me soube justificar ainda a razão pela qual altos representantes da Justiça, da ONU e do contingente australiano (neste caso o próprio general Slater) hão-de ter longa-

mente negociado com o oficial fugitivo. Para no fim lhe ouvirem dizer, ufano, aos *media*, que só se entregará quando... entender por bem.

Quem representa Reinaldo? Os militares peticionários? Mas esses não são representados por Salsinha? Os descontentes das Forças Armadas? Mas quantos são eles? Os 17 ou 20 que o acompanharam, mais os dois ou três outros majores? Ou – e então sim, começo a compreender, mas tudo se tornará, nesse caso, mais obscuro e preocupante – Reinaldo desempenhou/ desempenha apenas uma função instrumental num plano mais vasto e a mais alto nível urdido para manter sob pressão o poder do Estado (Governo, Forças Armadas, Justiça)?

Abomino teorias da conspiração. Devo dizer-lhe, inclusivamente, que até à demissão de Mari Alkatiri, quase tudo me pareceu meridianamente claro e conduzido, do lado presidencial, com sensibilidade, prudência e respeito pelas regras constitucionais: a declaração de emergência; o crescendo do tom presidencial na exigência de mudanças drásticas na governação; e mesmo o ultimato feito por Xanana ao ainda primeiro-ministro e à FRETILIN, naquela comunicação ao país a todos os títulos extraordinária (o adjectivo é intencional: o essencial do que nela se continha ia muito para além do domínio da razão, pairando, como tive ocasião de comentar no *Público*, nas altas esferas, só reservadas a raros, da identificação absoluta do líder com o povo, «o amado povo sofredor»).

Ao contrário de muitos companheiros de jornada da resistência timorense, que fica-

ram escandalizados com o que lhe ouviram dizer nesse discurso, repito, extraordinário, pareceu-me perceber que Xanana assumia nele o risco de parecer antidemocrata porque considerava estar em causa a sobrevivência do próprio Estado democrático.

Tal interpretação levou-me a retirar gravidade às deferências, abraços e cumplicidades públicas do Presidente com os majores rebeldes, as quais, pelo contrário, me pareceram como relevando da consabida capacidade de Xanana para, distinguindo o essencial do acessório, não hesitar em parecer ceder neste para alcançar aquele, salvando ao mesmo tempo o povo e o país de escaramuças desgastantes e inúteis.

A crise, apesar dos custos políticos e humanos que acarretara o seu excessivo prolongamento, parecia ter sido sustida a tempo. Na linha do que foram as promessas públicas e era, julgo, a convicção generalizada, convenci-me de que com a resignação de Alkatiri e a sua substituição por José Ramos-Horta, a calma regressaria à rua e as instituições do Estado retornariam, progressivamente, à normalidade. E de que, para lá do desafio delicado que estes oito meses iam representar para Horta (um passo em falso e lá se afundavam as legítimas ambições que alimenta, nos planos interno e externo), a oportunidade era única para que o tira-teimas eleitoral da próxima Primavera constituísse uma vez mais um exemplar exercício de poder popular em democracia.

Assim não tem acontecido. Reinaldo fugiu e permanece armado na montanha; grupos rivais confrontam-se nas ruas da

capital; a intolerância étnica continua a obrigar a viver fora de casa mais de 100 mil pessoas.

Ao mesmo tempo, assistimos à consolidação da presença militar da Austrália no país, fora da cadeia de comando das Nações Unidas. Isto enquanto pequenos-grandes sinais apareciam de que elementos do contingente australiano começavam a comportar-se como se de uma força de ocupação se tratasse.

Fiz-me eco de alguns desses comportamentos.

Apesar de absolutamente confirmados (por uma das principais vítimas, Taur Matan Ruak, que ocupa, não por acaso, o mais alto posto da hierarquia das Forças Armadas timorenses), tais comportamentos não provocaram, da parte do Presidente da República e comandante-supremo das Forças Armadas, qualquer tomada de posição pública. Ou sequer privada.

Alkatiri abandonou o Governo, saiu o relatório da Comissão Especial Independente da ONU (que todos prometeram respeitar), mas a crise continua.

Como se não fosse Alkatiri que importasse afastar, mas a FRETILIN. Já. Mesmo antes das eleições. E apesar da presença militar e policial internacional, das garantias de uma justiça imparcial e justa para os crimes cometidos, e de um apoio técnico considerável por parte das Nações Unidas para que os actos eleitorais que se aproximam decorram com respeito pelos direitos de todas as partes envolvidas.

Julgo que ainda teremos pelo menos mais uma oportunidade para esgrimir argumentos. Direi então, espero, quanto admiro Xanana Gusmão, a quem considero (olha a

novidade...) a figura de referência máxima da independência timorense. Mas porque o continua a ser, mais se estranha o seu comportamento, no mínimo errático, ao longo da crise. E o silêncio (também mediático: nem uma declaração aos jornalistas, nem uma entrevista) com que ruidosamente vai sublinhando muitos destes episódios. Abrindo margem para todas as especulações, para todas as suspeitas, mesmo as mais ofensivas.

Fico a aguardar, ansioso, a sua resposta. Esperando que dos contactos entretanto por si mantidos aí, alguma nova luz possa finalmente vislumbrar-se, ao fundo do desesperante túnel da crise timorense.

ADELINO GOMES

LISBOA, 2 DE NOVEMBRO DE 2006

CARO ADELINO,

Estou no confortável *lounge* do aeroporto de Bali, embalada por música de fundo de flauta e pingos de água, à espera da ligação para Singapura. Saímos de Díli no avião da Merpati à hora. Daqui escrevemos, o Emanuel Jardim Fernandes e eu, uma carta ao ministro Luís Amado. Graças à Internet, já lá está. Sugestões/recomendações de acção (que isto de «deputar» fez-se também para incentivar os governos).

Neste caso, na sequência do apoio expresso pela nossa delegação do PE à recente resolução do Parlamento timorense, adoptada a 26 de Outubro, no sentido de se assegurar comando unificado, sob a égide da ONU, para as forças internacionais, militares e policiais, em Timor-Leste. Uma posição parlamentar de

pressão contra a carta enviada pelo primeiro-ministro Ramos-Horta ao secretário-geral das NU aceitando o comando australiano (mas não só o p-m – veja-se o comunicado em inglês do gabinete deste, emitido a 27 de Outubro, citando o vice-primeiro-ministro e vice-presidente da FRETILIN, Estanislau da Silva, reafirmando o «full support for Australian and NZ troops»).

Em encontros com todos os nossos interlocutores, incluindo o Presidente e o próprio primeiro-ministro («vintage Horta»...) percebeu-se que se procura agora espaço e respaldo para recuar nas concessões da dita carta. A ideia é negociar um acordo tripartido – Timor-Leste, Austrália e ONU – idealmente incluindo um papel para o que resta das FDTL (que, se continuam encurraladas, também se poderão tornar mais um factor de instabilidade). Na sede da missão da ONU confirmou-se que até ao lavar dos cestos é vindima. E deu para ver que ali (e em Nova York...) também se saliva pelo braço-de-ferro com Camberra. Que Portugal e «países afins» se cheguem à frente, portanto! (Já agora: a Indonésia está no Conselho de Segurança e é um óbvio aliado. Só se, de todo, não soubemos tocar guitarra...).

Tentarei agora responder às questões que o Adelino me pôs na sua segunda carta. Começo pelo papel da Igreja Católica. A Igreja é indubitavelmente um pilar fundamental da sociedade timorense, apesar de o povo, na realidade, continuar a ser mais animista do que católico. A Igreja teve um papel fundamental na Resistência – ninguém contribuiu mais para unir os timorenses contra o ocupante indonésio.

A Igreja manteve a principal estrutura da Resistência no interior do aparelho de Estado indonésio em Timor-Leste e pô-la ao serviço da Resistência, em apoio e articulação com a guerrilha, as FALINTIL.

A Igreja tem, por tudo isso, uma legitimidade histórica de intervenção política e social, que vai muito para além do seu papel espiritual. Isso qualquer governante de Timor-Leste deveria saber, respeitar, e até aproveitar. Foi tudo isso que a liderança desta FRETILIN sugeriu em palavras, mas não fez realmente. Embarcou num braço-de-ferro contraproducente e arrogante com a Igreja, quando obrigou os seus estabelecimentos de ensino e professores a pagarem impostos. Num país que não tinha escolas a funcionar!... E onde o que a Igreja fazia, evidentemente aproveitava ao povo, evidentemente aproveitava ao Estado, logo devia aproveitar politicamente ao Governo, incapaz de se lhe substituir de imediato a criar estruturas alternativas de educação e ocupação dos jovens. Depois foi a crise das aulas de Religião e Moral em 2005, por um mal-entendido que podia ter sido evitado se houvesse real comunicação com a Igreja – bastava agarrar no telefone e falar regularmente com D. Basílio, consultá-lo, ouvi-lo, e desse modo até co-responsabilizar a Igreja nas decisões da governação. E tudo se complicou ainda mais, desde o banho de sangue que Rogério Lobato quase desencadeou face à manifestação de milhares de pessoas diante da residência episcopal de Díli. Esta direcção da FRETILIN nada aprendeu com aquele momento à beira do precipício: manter a partir dali Rogério Lobato no Governo era afrontar a

Igreja. Que desde então avisava que ele estava a comprar armas por fora e a armar civis...

Para perceber o que é a Igreja timorense, há ainda outra dimensão: é preciso ir a Baucau e visitar os distritos do Leste. E ver para além das missas a abarrotar. Ver que toda a actividade económica significativa por lá, por incipiente que seja, se deve à iniciativa, aos investimentos e financiamentos da Diocese, a fomentar o empreendedorismo e a exploração dos recursos e capacidades locais. Da recolha do *cami* para exportação para a Indonésia à Gráfica de Baucau, da Pousada de Baucau, à agência do BNU/CGD, das linhas telefónicas ao abastecimento de electricidade (finalmente só este ano a cobrir mais de seis horas por noite), à extraordinária Carpintaria de Baucau (que emprega já 30 timorenses, faz formação, desenha o mobiliário escolar que fabrica e já tem contratos para fornecer estruturas de sofás para Darwin) – tudo isto se devendo à acção de D. Basílio do Nascimento e dos seus assistentes, contra a inacção, a burocracia paralisante, a má-vontade e por vezes o boicote do Governo de Díli. Também não poderia ser de outra forma – na obsessão centralizadora do governo de Mari Alkatiri, o administrador do distrito de Baucau (um alto quadro da FRETILIN, evidentemente), tinha apenas no orçamento 800 dólares americanos para gastar anualmente...

Uma sua outra questão, Adelino, respeitava aos partidos da oposição – o que pensam da crise, qual tem sido a sua contribuição, quais as alternativas que propõem. Mas, meu caro Adelino, os par-

tidos da oposição não têm sido apenas minorizados pelos políticos, jornalistas e analistas portugueses, como você diz. Eles – e o Parlamento timorense onde têm assento – têm sido escandalosamente minorizados por todos: pela FRETILIN, pelo Governo e até pelo Presidente da República (e, como eu já disse, eles não existiriam se não fosse o Xanana incentivar-lhes a criação, para que houvesse bases para construir a democracia).

Mas custa muito chegar a Díli e ouvir, diante de deputados e funcionários do PE não-portugueses, o rol de atitudes desqualificantes a que foram votados o Parlamento e, logo, os partidos da oposição. Dou-lhe só mais uns exemplos significativos: o ex-primeiro-ministro só foi ao Parlamento uma vez por ano, para discutir o Orçamento de Estado e proibia os ministros de se deslocarem para o mesmo efeito às comissões parlamentares (Ramos-Horta já está a ter prática diferente, disseram-nos). Está ciente de que o Parlamento timorense, em violação da Constituição, nunca foi até hoje ouvido nem achado sobre a decisão de convidar tropas estrangeiras a entrar no país?

Claro, quando se minoriza, desresponsabiliza-se e incentiva-se mesmo a irresponsabilidade.

E no entanto há gente de extraordinária qualidade e responsabilidade nos principais partidos da oposição. Gente que poderia estar perfeitamente a trabalhar com a FRETILIN, no Governo ou no Parlamento, como já trabalhou, arriscando a vida, na Resistência.

É triste ouvir Mariano Sabino, que é secretário-geral e chefe da bancada parlamen-

tar do segundo maior partido, o Partido Democrático, queixar-se de que apesar dos pedidos insistentes dos deputados ainda não lhes foram sequer enviados os textos dos acordos bilaterais assinados com os países fornecedores das forças estrangeiras hoje estacionadas em Timor-Leste. O jovem Mariano Sabino que eu conheci em Jacarta, em 1999, de boina à Che Guevara, aguerrida e inteligentemente a defender um Timor independente contra os integracionistas, em colóquios e debates com militares, políticos e jornalistas indonésios. O jovem Mariano Sabino, que um dia vai ser primeiro-ministro de Timor-Leste (anote!). O jovem Mariano Sabino que em 1999 não falava nem uma palavra de português e, hoje, passados seis anos, mantém toda a conversa com a delegação do PE na nossa língua. Fico doente quando alguns insinuam que a gente do PD, da geração que a ocupação indonésia impediu de aprender português, é «antiportuguesa» ou antilíngua portuguesa. Se é (e não é, realmente) a culpa é nossa, que não nos chegámos à frente para os ajudar a vencer a diminuição da língua.

É triste, finalmente, ouvir um homem respeitado, como o Eng.^o Mário Carrascalão, líder do PSD, que foi um grande governador de Timor – indonésio, mas reconhecidamente sempre a proteger e a ajudar o povo – dizer «considero uma vergonha haver tropas estrangeiras no Timor-Leste independente, mas é graças a elas que eu ainda estou vivo».

Vamos à sua última questão.

Quem representa Reinaldo, por que se negoceia com ele, por que é protegido e

até visitado pelo bispo Belo? Por que não se prende um homem que desafia ostensivamente o Estado e assassinou soldados, segundo prova um filme da TV australiana?

Alfredo Reinaldo («Reinado», como por vezes surge na imprensa, é «nome de guerra») liderou um punhado de homens quando desertou das FDTL, em protesto contra «o massacre» de Taci Tolo, a 28 de Abril, quando as FDTL atacaram os «peticionários» da FDTL, por ordens de Mari Alkatiri (na véspera, a Polícia havia falhado no cumprimento da ordem dada ao ministro do Interior de impedir a manifestação, infiltrada de «Colimaus 2000» e outros gangs, de atacar o Palácio do Governo; as FDTL já foram exoneradas do «massacre» pelo Relatório da Comissão de Inquérito da ONU, mas ainda há gente que ouviu o dia e noite de tiroteio e que pensa que ele existiu).

Depois, a 23 de Maio, enquanto dava uma entrevista à SBS australiana, Reinaldo deixou-se filmar a disparar – e matar – alguns soldados das FDTL em Fatuhai. A fanfarroنية valeu-lhe passar de rebelde, porventura com uma justa causa, ao estatuto de criminoso. Um estatuto que o mitifica aos olhos dos gangs de jovens que enxameiam Díli e hoje se apuram no apedrejamento e no arco e flecha (num país de 60 por cento da população com menos de 18 anos, e 80 por cento desses jovens sem emprego, escola ou entretenimento). Para eles Reinaldo é um herói, o «Rambo» timorense. Mas não é só para eles – Reinaldo, que é originário de Aileu e agora estará algures para essas bandas, está protegido pela população, como em Maubisse, Same e

Alas, onde já estive. Porque ele também se transformou no herói dos *loromunus*, agora que esta desgraçada clivagem se criou e cavou. Ele ousou pegar em armas, supostamente para os defender – esse é o mito que se espalhou entre a população do Oeste, que sabe que as discriminações nas FDTL alegadas pelos «peticionários» tinham fundamento.

Como eu disse à imprensa portuguesa em finais de Maio, Reinaldo era um actor secundário. Mas o prolongamento da crise – e a resistência de Alkatiri a demitir-se prolongou-a e agravou-a – deu-lhe relevo, criou-lhe uma aura mítica. A nós, delegação do PE, também chocou, como o choca a si, Adelino, que ele continue a monte e a fanfarronar, guardado por militares australianos, visitável pelo brigadeiro Mick Slater (entretanto retirado à pressa por Camberra) ou pelo bispo Belo (por encomenda do governo da FRETILIN). Mas, como nos foi dito pelo Presidente, P-M e pela ONU, ele hoje é menos perigoso no esconderijo protegido, do que no meio de um centro populacional (como os Salsinhas, Taras e Railos que à solta, acantonados com grupos de peticionários estão em Liquiçá, Ermera e Gleno). É menos perigoso do que na prisão de Becora, de onde fugiu com evidente conivência australiana. A sua presença em Díli, mesmo na cadeia, só instigaria mais os *gangs* de jovens que são hoje a principal causa da insegurança em Díli (muitos pagos para beber e atacar, como no tempo das milícias indonésias – é natural que os integracionistas ressabiados de 1999, do lado de lá da fronteira, estejam também a aproveitar a situação, valendo-se dos velhos métodos).

A detenção de Reinaldo em meados de Julho, efectuada pelos australianos, mas com intervenção da GNR, desencadeou uma onda de ataques e insultos escritos por toda a Díli contra a GNR e contra Portugal precisamente porque se espalhou o rumor de que era esta última quem o tinha prendido. A ministra Ana Pessoa diz que o acompanhamento dele e dos grupos de peticionários acantonados por militares e helicópteros australianos é encarado pela população como menos para efeitos de controlo e mais para protecção. Será assim para muita gente da FRETILIN e do Leste. Mas não é assim que é visto pela maioria da população de Díli e do país, hoje catalogada de *loromunu*. E a verdade é que hoje todos temem que se/quando o Alfredo Reinaldo for de novo preso, se descontrolarem os protestos dos jovens e das populações do Oeste. Onde, devido à desgraçada clivagem *lorosae/loromunu*, a FRETILIN hoje não ousa (ou não pode) levantar a cabeça. É o banho de sangue que, como lhe sugeriu Ramos-Horta, todos querem e sabem que é preciso evitar. E ninguém como o Presidente Xanana o pode fazer, porque ninguém como ele conhece o «amado povo sofredor». Ninguém como Xanana tem trabalhado e sabe trabalhar para evitar mais conflitos ao seu povo. Por meios que, muitas vezes, nós, malais, não podemos entender e que obviamente não se enquadram nos procedimentos de um Estado de Direito. Mas a verdade é que ainda não há um Estado de Direito consolidado em Timor-Leste, como esta crise demonstra (e em Portugal, depois de 30 anos de democracia, também não tropeçamos todos os dias em flagrantes atropelos ao Estado de Direito?).

Esta sua questão permite ir, de facto, ao fundo do problema. A crise começou por eclodir como sendo de segurança, degenerou em crise política e revelou uma gravíssima crise social. Que a governação de Mari Alkatiri, por muito eficaz e estruturante do Estado e dos proventos do Estado que tenha sido, ignorou totalmente. Porque a elite dos exilados na direcção da FRETILIN, por extraordinárias que fossem as suas intenções e competências, não tinha a essencial «ligação às massas». Ramos-Horta, o hiperdialogante, foi de longe quem mais se esforçou por a ganhar, naquelas investidas que sempre foi fazendo, por montes e vales, mandando matar búfalos para conviver com os aldeões. Mas o Presidente Xanana tem-na, entranhadamente, como ninguém – e por isso, embora uma parte o assobiasse, o grosso *lorosae* da manifestação da FRETILIN em Junho também lhe deu vivas. Em Timor, muitas vezes, o que parece não é. Respondo deste passo a uma sua outra questão: foi profundamente estúpido – mesmo do ponto de vista da FRETILIN – impor-se uma Constituição que esvaziou de poderes o Presidente da República, mais ainda do que a do modelo original, a nossa. Isso reabriu o fosso entre Xanana e certos quadrantes da FRETILIN, sobretudo no exílio, que nunca digeriram realmente que ele tivesse autonomizado as FALINTIL, pondo-as sob o arco aglutinador de toda a Resistência que era o Conselho Nacional da Resistência Timorense. Já foi um castigo convencê-lo a candidatar-se em 2002. Porque ele sabia que cada vez que acontecesse um problema e ele não interviesse, cerceado pelos limites

constitucionais, o povo interrogar-se-ia, não compreenderia e acusá-lo-ia de inacção, de deixar deteriorar a situação. É o que acontece agora com muita gente – o PSD, por exemplo, faz-lhe essa acusação. Eu não isento Xanana de erros nesta crise, por exemplo, o de se deixar aparecer com Railos (e faço a mesma leitura do Adelino relativamente à sua aparente cumplicidade para com os desertores/peticionários). O seu principal erro é o de descurar a imagem pública, a imagem que passa para além de Timor-Leste, para o exterior. Ele não tem ninguém que fale com os jornalistas, que lhes explique o que anda a fazer e porquê. Da última vez que jantei em casa dele, em Julho, fiquei abismada com o que desconhecia do que se dizia dele, do que lhe era atribuído por esse mundo fora (no *spin* a máquina da FRETILIN é imbatível). Mas no fundo, o que interessa ao Presidente Xanana não é o que se pensa dele cá fora. A sua estratégia é dirigida para «o amado povo sofredor». Sabe o seu povo à beira do abismo, por via desta perversão estigmatizante dos *lorosae/lorumunus* e do falhanço das forças de segurança e ordem nacionais. Precisa de fazer tudo para impedir um banho de sangue. Tem de o conseguir. No fim de contas, Xanana é o liurai dos liurais. E isso é muito mais determinante do que ser Presidente da República.

Reparo agora que já lhe respondi também, desta penada, às outras questões. Esmiugar mais o que penso de personagens como Xanana, Ramos-Horta, Mari Alkatiri, conduzir-me-ia talvez a entrar pela futurologia. E o presente em Timor-Leste ainda está muito, muito complicado. Pre-

firo acompanhar antes os próximos capítulos, com interesse, atenção e cuidado. Como o Adelino põe sempre nas entrevistas, reportagens e artigos que vai publicando sobre Timor-Leste. Não sei quando lá volto. Mas lê-lo a si, para ir seguindo Timor, já é meio caminho andado.

ANA GOMES

BALI, 4 DE NOVEMBRO DE 2006

CARA ANA,

Eu bem avisei, no início: o estrelar da polémica iria passar ao largo desta correspondência, tão agradável e esclarecedora para mim. O que não quer dizer, como tentarei evidenciar um pouco mais à frente, que coincidam as partes cheia e vazia que vemos do copo desta crise.

Comungo das numerosas críticas que dirige à direcção da FRETILIN. O exemplo do que se passou por estes dias no Parlamento Nacional impressiona pelas pulsões antidemocráticas que dele ressumbram. Também a acompanho no olhar sobre a Igreja Católica. Ou melhor: sobre a parte da Igreja que, não por acaso, vai buscar como exemplo de acção pastoral e a quem o poder de Estado deve esforçar-se por ter como parceira e não por adversária (e sem que isto signifique, antes pelo contrário, qualquer desculpa pela lamentável actualização da hierarquia – D. Basílio incluído – na crise de 2005).

E sobre Xanana, como me parece ter ficado claro na minha carta anterior.

E até sobre certos elementos da oposição. Ainda que aqui eu tenda a valorizar não aquilo de que estes se queixam, mas aquilo que, mesmo com razões de queixa

contra o partido maioritário e mesmo contra o Presidente, deviam ter feito e não fizeram.

A oposição, minha muito cara amiga, teve falta de comparência nesta crise. E quando falou/actuou, melhor teria sido que se tivesse mantido calada/quieta. Ou eu muito me engano (e como gostava de me enganar!) ou os jovens dirigentes da resistência, como Mariano Sabino, inexistiram onde deviam ter marcado presença: no terreno das confrontações – o político e o social.

Claro que lhes assistia o direito de denunciar erros e abusos do poder maioritário. Mas o mesmo arreganho e a mesma coragem com que durante a ocupação souberam estar junto dos seus concidadãos, dia e noite, fossem quais fossem os riscos, deviam ter eles empenhado mal viram (certamente muito antes de nós, cá fora) que o choque de personalidades no interior da liderança fazia resvalar o país para uma perigosa crise política e social.

Era aqui que se impunha (teria sido a sua grande oportunidade de afirmação geracional) uma presença didáctica, preocupada em distinguir o essencial do acessório. E absolutamente intransigente em tudo o que dissesse respeito a questões de identidade nacional. Denunciando erros e cegueiras e não procurando (como me pareceu no caso do PD, precisamente) cavalgar a onda da crise em proveito partidário.

Dizia eu que se me afigura muito acentuada a diferença de perspectivas com que decompomos o copo da crise timorense. Onde a Ana nele vê três quartos cheios de erros de Alkatiri e um quarto de todos os outros factores causais, incluindo Xanana,

Ramos-Horta e o elemento externo, eu tendo a ver esses mesmos três quartos de copo prenhes de responsabilidades dos actores internos – Alkatiri, direcção da FRETILIN, Xanana, José Ramos-Horta, Governo, F-FDTL, hierarquia católica, Parlamento – e o restante quarto composto pelo elemento externo. Mais do que eventuais aliados entre os actores internos, considero que os interesses estrangeiros souberam aproveitar os erros, choques de personalidade, ambições e irresponsabilidades dos actores internos.

Presumo que os nossos anfitriões já há muito esgotaram o espaço reservado para esta troca de correspondência. Tenho pena de não ter tido a capacidade de síntese para que nesta carta coubessem também observações sobre a questão cultural, tão desprezada mesmo agora que a «perversão estigmatizante dos *lorosae/loromonu*» explode. Gostava igualmente de juntar apreciações detalhadas sobre as responsabilidades de cada um dos actores que acima referi. Custa-me, sobretudo, até porque acabo de o nomear, não poder explicar, sem margem para equívocos, por que é que – ao contrário da maioria dos nossos analistas e apesar de várias críticas que também lhe faço – admiro a coerência ideológica (sim: ideológica) de José Ramos-Horta e o considero um extraordinário político timorense, cujo falhanço à frente do actual governo, se acaso acontecer, será dramático para o futuro do país. Mas não me autorizo a despedir-me sem dizer, perante si, perante os leitores e também perante os timorenses que eventualmente nos leiam, o que mais me intriga e mais me dói nesta crise.

Intriga-me a ausência de sentido de Estado da liderança timorense.

Intriga-me que os homens e mulheres que souberam perdoar aos inimigos mais cruéis se mostrem incapazes de ultrapassar divergências entre irmãos e companheiros de luta.

Intriga-me que nem sequer o tentem seriamente.

Dói-me ver que homens e mulheres que arriscaram o conforto, a vida pela dignidade do seu povo, lancem sobre esse mesmo povo sementes de discórdia, agora, precisamente agora que a independência económica gerada por recursos financeiros sem precedentes se juntava à independência política tão duramente conquistada.

Dói-me a falta de grandeza tão flagrante e inesperadamente demonstrada por aqueles que escreveram das mais belas páginas de inteligente heroicidade nas lutas de autodeterminação do nosso tempo.

Termino juntando-me a si na convicção de que o povo timorense se encontra à beira do abismo e que por isso cabe a Xanana – «liurai dos liurais» – o papel decisivo de impedir que uma divisão trágica (acompanhada ou não de banho de sangue) ocorra no país.

Permita-me apenas que alargue esse papel e estenda essa responsabilidade aos outros actores históricos do processo de libertação. Os de dentro e os de fora; os da guerrilha e os da cidade; os católicos, os protestantes, os animistas e os agnósticos, que também foram bastantes e influentes; o mais alto estratega e o mais ignaro pé-descalço maubere.

Desejavelmente legitimados, já na próxima Primavera, pelo voto popular. Cons-

ciente. Mas para valer, sejam quais forem os resultados.

PS: Vejo, horas depois de ter escrito esta última carta, que Xanana escreveu hoje mesmo um artigo no *Jornal Nacional Diário*, de Timor-Leste, em resposta ao último comunicado do CCF. Além do ineditismo da iniciativa, há a substância do que diz. O artigo continua amanhã e fica de fora, portanto, do «raio de acção» desta troca de correspondência. Mas para além de regis-

tar, com agrado, o fim do «ruidoso silêncio» de que o acusei atrás, deixe-me assinalar que fiquei impressionado com a força de vários dos argumentos presidenciais. Mesmo que veiculados através de uma linguagem que roça por vezes a grosseria. Mostrando como, realmente, algo se rompeu, quiçá para sempre, entre velhos camaradas da resistência independentista. **Rd**

ADELINO GOMES

LISBOA, 5 DE NOVEMBRO DE 2006

NOTAS

¹ Por razões de espaço, não se publica este relatório. No entanto, ele pode ser consultado na versão electrónica deste debate, colocada no website do IPR – UNL (www.ipri.pt).